



Prefeitura Municipal de
Pontes Gestal

PROJETO DE LEI Nº.º 012, DE 26 DE JANEIRO DE 2026.

“Altera o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 1.631, de 23 de janeiro de 2026, e dá outras providências.”

SECRETARIA

Entrada em 26/01/2026

Reg. n.º 42/26 Livro 02

Marcelo Dias Leite

MARCEL DIAS LEITE, Prefeito Municipal de Pontes Gestal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Pontes Gestal, Estado de São Paulo, por seus representantes, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 1.631, de 23 de janeiro de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

IV – Associação Bem Comum – ABC: Termo de Colaboração – Assistência Social, com recurso próprio do orçamento de 2.026. Objeto: acolhimento institucional e atendimento socioassistencial de crianças e adolescentes sem referência familiar. Valor máximo: conforme valor total previsto no Plano de Trabalho aprovado, no importe de até R\$ 173.250,00 (cento e setenta e três mil, duzentos e cinquenta reais) a ser pago de forma parcelada até 31/12/2026.”

Parágrafo único. Os repasses serão realizados conforme o número de usuários efetivamente acolhidos, mediante a utilização dos serviços, observados os critérios, metas e metodologia de apuração definidos no respectivo Plano de Trabalho, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 1.631, de 23 de janeiro de 2026.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontes Gestal (SP), 26 de janeiro de 2026.



Prefeitura Municipal de
Pontes Gestal

MARCEL DIAS LEITE

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de
Pontes Gestal

JUSTIFICATIVA

Pedido de apreciação em regime de urgência

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,

Submetemos à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que altera o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 1.631, de 23 de janeiro de 2026, com a finalidade de adequar o valor autorizado para a formalização de Termo de Colaboração com a Associação Bem Comum – ABC, conforme o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC).

A presente proposição tem como objetivo viabilizar juridicamente a continuidade do serviço de acolhimento institucional e atendimento socioassistencial de crianças e adolescentes sem referência familiar, serviço este de natureza essencial, prestado em parceria com organização da sociedade civil devidamente habilitada.

Ressalta-se que o valor inicialmente autorizado na Lei nº 1.631/2026 mostrou-se insuficiente para a execução integral do serviço, conforme detalhamento técnico constante do Plano de Trabalho, o qual contempla a estrutura necessária para o acolhimento, manutenção e atendimento adequado dos usuários, em consonância com as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Importante destacar que a necessidade de ajuste decorre de demanda superveniente e imprevisível à época da elaboração da Lei Orçamentária Anual, uma vez que se trata de acolhimento institucional determinado por decisão judicial, o que impõe ao Município o dever legal de assegurar proteção integral ao adolescente, sob pena de responsabilização administrativa e judicial.

O Projeto de Lei ora apresentado não cria nova despesa, mas promove a adequação do valor autorizado ao efetivo custo do serviço, observando-se que os repasses serão realizados conforme o número de usuários efetivamente acolhidos, mediante a utilização dos serviços, conforme critérios, metas



Prefeitura Municipal de
Pontes Gestal

e metodologia de apuração definidos no respectivo Plano de Trabalho, garantindo legalidade, transparência e controle dos recursos públicos.

Diante da urgência da situação, da necessidade de evitar a descontinuidade do acolhimento institucional, bem como do risco de descumprimento de ordem judicial, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei em regime de urgência, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Certos da compreensão e do elevado compromisso desta Câmara Municipal com o interesse público, com a proteção social e com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação da presente matéria.

Atenciosamente,

MARCEL DIAS LEITE
Prefeito Municipal